

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) publicou o mapade vagas disponíveis para os médicos/as recém-formados efetuarem a formação especializada. Este ano, existem 1665 vagas, sendo que há 2341 candidatos, ou seja, pelo menos 676 médicos/as não conseguirão aceder à especialidade. Esta é uma realidade incompreensível e que carece de intervenção efetiva e urgente.

De acordo com a legislação em vigor, é à Ordem dos Médicos que incumbe a identificação dos serviços que possuem idoneidade formativa e que, como tal, estão habilitados para formar novos médicos especializados. O Estado demitiu-se da sua responsabilidade de conduzir este processo, delegando-o integralmente na Ordem dos Médicos ficando assim cativo das decisões da Ordem. Esta é uma posição que o Bloco contesta, tendo recomendado já ao Governo (Projeto de Resolução 919/XIII/2^a) que seja efetuada uma auditoria às capacidades formativas existentes nas várias unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Esta recomendação foi aprovada, no ano passado, com os votos favoráveis de todos os partidos e a abstenção do CDS-PP, tendo dado origem à Resolução da Assembleia da República 187/2017.

A manutenção da situação vigente leva-nos a cenários como o que se verifica este ano: no atual concurso, a Ordem considera, por exemplo, que não há condições para formar pneumologistas no Centro Hospitalar Lisboa Norte, que integra o Hospital de Santa Maria e o Hospital Pulido Valente, o que levou já o Bloco de Esquerda a questionar o Governo e a solicitar a cópia do relatório da auditoria efetuada pela Ordem dos Médicos.

Num país onde faltam tantos médicos, onde tantas pessoas não têm médico de família, onde se espera largos meses por uma consulta de especialidade, há centenas de médicos a não conseguirem concluir a sua formação: este é um paradoxo incompreensível.

A formação médica deve ser encarada como um ciclo completo de formação, em que a formação especializada é parte integrante da formação médica. A propósito da Apreciação Parlamentar suscitada pelo Bloco de Esquerda ao Regime do Internato médico, apresentámos

diversas propostas de melhoria desta legislação que foram rejeitadas com os votos do PS, PSD e CDS-PP.

O Bloco de Esquerda considera essencial que o Governo intervenha neste processo, garantindo que todas as vagas para formação especializada são efetivamente disponibilizadas, de modo a que todos os médicos possam efetuar a sua formação especializada. A existência de médicos sem especialidade não é positiva para ninguém, servindo apenas para degradar a qualidade dos serviços prestados e para fomentar a mão-de-obra precarizada das empresas de trabalho temporário. É essencial que o Governo não seja conivente com estas práticas de degradação do SNS e que assegure a formação especializada a todos os médicos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. O Governo aceita que possa haver 676 médicos sem formação especializada?
2. Que medidas vão ser implementadas para assegurar a formação especializada a todos os médicos que estão a concluir a sua formação?

Palácio de São Bento, 11 de junho de 2018

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

JORGE FALCATO SIMÕES(BE)